

Sumário

PARTE I – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	23
1. INTRODUÇÃO	23
2. SOCIEDADE INTERNACIONAL	24
2.1. Evolução histórica	24
2.2. Características	26
3. CONCEITO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	27
4. OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	28
5. FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	28
5.1. Doutrina voluntarista	28
5.2. Doutrina objetivista	30
5.3. <i>Pacta sunt servanda</i>	31
6. RELACIONAMENTO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO	31
6.1. Dualismo	32
6.1.1. Dualismo radical	32
6.1.2. Dualismo moderado	33
6.2. Monismo	33
6.2.1. Monismo nacionalista	34
6.2.2. Monismo internacionalista	34
6.2.3. Monismo internacionalista dialógico	35
7. RELACIONAMENTO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E OUTROS RAMOS	36
CAPÍTULO II ► FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	39
1. INTRODUÇÃO	39
2. CLASSIFICAÇÕES	40
2.1. Fontes Materiais e Fontes Formais	40
2.1.1. Fontes principais e auxiliares	41
2.2. Fontes Estatutárias e Fontes Extraestatutárias	42

3.	TRATADOS INTERNACIONAIS	43
4.	COSTUME INTERNACIONAL.....	43
4.1.	Objetor Persistente.....	45
5.	PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO	46
6.	JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL	46
7.	DOCTRINA.....	47
8.	EQUIDADE	47
9.	ATOS UNILATERAIS DOS ESTADOS	48
10.	ATOS E DECISÕES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	49
11.	OUTRAS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	50
11.1.	Obrigações <i>erga omnes</i>	50
11.2.	Normas de <i>jus cogens</i>	50
11.3.	Casos de <i>soft law</i>	51
	CAPÍTULO III ► SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	53
1.	INTRODUÇÃO	53
2.	PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL.....	54
3.	ESTADOS	54
4.	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	54
5.	BLOCOS REGIONAIS	55
6.	SANTA SÉ	56
7.	INDIVÍDUOS.....	56
8.	INSURGENTES E BELIGERANTES	57
9.	EMPRESAS TRANSNACIONAIS	58
	CAPÍTULO IV ► TRATADOS INTERNACIONAIS.....	59
1.	INTRODUÇÃO	59
1.1.	Antecedentes Históricos	59
2.	CONCEITO.....	60
2.1.	Noções Gerais.....	60
2.2.	Terminologia	61
3.	CLASSIFICAÇÃO.....	62
4.	CONDIÇÕES DE VALIDADE.....	63
4.1.	Capacidade das Partes.....	63
4.2.	Habilitação dos Agentes.....	64

4.3.	Objeto Lítico e Possível.....	65
4.4.	Consentimento Regular	65
5.	INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	66
6.	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS TRATADOS E INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO	66
6.1.	Etapas Internacionais e Internas	66
6.2.	Incorporação ao direito interno	67
6.2.1.	Negociações preliminares e assinatura	67
6.2.2.	Aprovação parlamentar	68
6.2.3.	Ratificação	69
6.2.4.	Promulgação e publicação	70
6.3.	Hierarquia interna do tratado incorporado	70
6.3.1.	Tratados internacionais comuns	71
6.3.2.	Tratados internacionais em direitos humanos	72
6.3.3.	Tratados internacionais sobre direito tributário ...	74
7.	RESERVAS	75
8.	MODIFICAÇÃO DOS TRATADOS.....	77
8.1.	Emenda	78
8.2.	Revisões.....	78
9.	EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DOS TRATADOS	78
9.1.	Suspensão dos Tratados	79
9.2.	Hipóteses de Extinção dos Tratados.....	80
9.3.	Denúncia	81
CAPÍTULO V ► O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO		83
1.	INTRODUÇÃO	83
2.	CONCEITO.....	83
3.	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	83
3.1.	Povo	83
3.2.	Território.....	84
3.3.	Governo	84
4.	FORMAÇÃO DO ESTADO.....	85
5.	RECONHECIMENTO	85
5.1.	Reconhecimento de Estado.....	85
5.2.	Reconhecimento de Governo	86

5.2.1.	Doutrina Tobar e doutrina Estada.....	87
6.	EXTINÇÃO DE ESTADOS.....	87
7.	DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS.....	88
7.1.	Direitos e Deveres Básicos.....	88
7.2.	Dever de Não Intervenção.....	89
7.2.1.	Doutrina Monroe.....	90
7.2.2.	Doutrina Drago.....	90
8.	IMUNIDADES DOS ESTADOS.....	91
8.1.	Imunidade à jurisdição.....	91
8.2.	Imunidade à execução.....	93
9.	ÓRGÃOS DOS ESTADOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	93
9.1.	Chefe de Estado.....	93
9.2.	Chefe de Governo.....	94
9.3.	Ministro das Relações Exteriores.....	94
9.4.	Agentes Diplomáticos.....	94
9.5.	Agentes Consulares.....	95
 CAPÍTULO VI ► AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNA- CIONAL PÚBLICO.....		
1.	INTRODUÇÃO.....	97
2.	CONCEITO.....	97
2.1.	Personalidade jurídica internacional.....	98
3.	ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS.....	99
3.1.	Interestatais.....	99
3.2.	Instituição por Tratado Internacional.....	99
3.3.	Capacidade e Personalidade.....	100
3.4.	Órgãos Próprios.....	100
3.5.	Privilégios e Imunidades.....	100
3.5.1.	Imunidades das Organizações vs. Imunidades dos Estados.....	101
4.	CLASSIFICAÇÃO.....	102
5.	FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES.....	103
6.	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).....	103
6.1.	Histórico da ONU.....	104
6.2.	Noções gerais.....	104

6.3.	Órgãos principais.....	105
7.	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT).....	106
8.	ORGANIZAÇÕES REGIONAIS.....	107
8.1.	Organização dos Estados Americanos (OEA).....	107
8.1.1.	Noções gerais.....	107
8.1.2.	Órgãos principais.....	108
9.	ORGANIZAÇÕES SUPRANACIONAIS.....	109
9.1.	União Europeia.....	109
9.2.	Mercado Comum do Sul (Mercosul).....	110
CAPÍTULO VII ► O INDIVÍDUO E A NACIONALIDADE		111
1.	INTRODUÇÃO.....	111
2.	O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL.....	111
3.	NACIONALIDADE.....	112
3.1.	Conceito.....	112
3.2.	Nacionalidade e cidadania.....	112
3.3.	Espécies.....	112
3.3.1.	Nacionalidade Originária.....	112
3.3.2.	Nacionalidade adquirida.....	113
3.4.	Conflitos de nacionalidade.....	113
4.	NACIONALIDADE BRASILEIRA.....	113
4.1.	Brasileiros natos.....	113
4.2.	Brasileiros naturalizados.....	114
4.3.	Perda da nacionalidade brasileira.....	115
4.4.	Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	115
CAPÍTULO VIII ► CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO		117
1.	INTRODUÇÃO.....	117
2.	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA MIGRAÇÃO.....	118
3.	DIREITOS E DEVERES DO MIGRANTE E VISITANTE.....	118
4.	ADMISSÃO DO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	119
4.1.	Discrecionariedade.....	119
4.2.	Títulos de ingresso.....	119
5.	CONDIÇÃO JURÍDICA DO MIGRANTE E DO VISITANTE.....	120
5.1.	Residente fronteiriço.....	121

5.2.	Apátrida	121
6.	MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA	122
6.1.	Repatriação	122
6.2.	Deportação	122
6.3.	Expulsão	123
6.4.	Vedações	124
6.5.	Portaria MJSP nº 770, de 11 de outubro de 2019	124
7.	MEDIDAS DE COOPERAÇÃO	126
7.1.	Extradicação	126
7.2.	Transferência de execução de pena	130
7.3.	Transferência de pessoa condenada	130
8.	ASILO TERRITORIAL E DIPLOMÁTICO	131
8.1.	Asilo territorial	132
8.2.	Asilo diplomático	132
9.	REFÚGIO	132
9.1.	Diferenças entre asilo e refúgio	133
CAPÍTULO IX ► RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS		135
1.	INTRODUÇÃO	135
1.1.	Projeto de Convenção Internacional da ONU	135
2.	CONCEITO DE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	136
2.1.	Conceito	136
2.2.	Natureza Jurídica	136
2.3.	Formas de Responsabilidade	137
3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS	138
3.1.	Ato Ilícito	138
3.2.	Imputabilidade	139
3.3.	Prejuízo ou Dano	139
4.	ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS	140
5.	PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA	140
5.1.	Cláusula Calvo	141
6.	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	141
6.1.	Consentimento do Estado	142
6.2.	Legítima defesa	142

6.3.	Contramedidas	142
6.4.	Força maior	142
6.5.	Perigo extremo	143
6.6.	Estado de necessidade	143
7.	MEIOS DE REPARAÇÃO	143
7.1.	Restituição na Íntegra	143
7.2.	Cessação do ilícito.....	144
7.3.	Satisfação.....	144
7.4.	Compensação	145
7.5.	Garantias de não repetição.....	145
8.	TRIBUNAIS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS	146
8.1.	Corte Internacional de Justiç�a	146
8.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos	147
9.	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO DIANTE DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	147
9.1.	Responsabilidade Internacional do Estado por Atos Internacionalmente Ilícitos.....	150
9.2.	Responsabilidade Internacional do Estado por Violações de Direitos Humanos	152
CAPÍTULO X ► DIREITO INTERNACIONAL PENAL.....		155
1.	INTRODUÇÃO	155
2.	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO	156
3.	PRECEDENTES HISTRICOS AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	157
3.1.	Tribunal de Nuremberg	157
3.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda	158
4.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	159
4.1.	Estatuto de Roma	159
4.2.	Características	160
4.3.	Crimes Internacionais.....	161
4.3.1.	Crimes de guerra.....	162
4.3.2.	Crimes contra a humanidade.....	162
4.3.3.	Crimes de agressão.....	162
4.3.4.	Crimes de genocídio.....	163
4.4.	Penas	164

5.	TRIBUNAIS PENAIIS INTERNACIONAIS DE QUARTA GERAÇÃO	164
6.	PROTEÇÃO PENAL DE DIREITOS HUMANOS.....	166
6.1.	Mandados Internacionais de Criminalização.....	166
7.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL.....	167
7.1.	Noções Gerais.....	167
7.2.	Cooperação Policial Internacional	169
7.3.	Cooperação Jurídica Internacional.....	169
7.4.	Transferência de Presos.....	170
7.5.	Tratados Multilaterais.....	170
7.5.1.	Convenção de Mérida	171
7.5.2.	Convenção de Palermo	172
7.5.3.	Protocolo de São Luís.....	173
7.6.	Tratados Bilaterais.....	173
8.	COMBATE AO TERRORISMO.....	174
8.1.	Resolução nº 1.373 do Conselho de Segurança da ONU	174
8.2.	Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/2019)	175
CAPÍTULO XI ► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....		177
1.	INTRODUÇÃO	177
1.1.	Antecedentes Históricos	177
1.2.	Conceito	179
1.3.	Características	180
1.3.1.	Historicidade.....	180
1.3.2.	Universalidade dos Direitos Humanos.....	180
1.3.3.	Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade	181
1.3.4.	Indivisibilidade e Interdependência	181
1.3.5.	Essencialidade	182
1.3.6.	Complementaridade.....	182
1.3.7.	Relatividade.....	182
2.	VERTENTES DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	183
2.1.	Direito Internacional Humanitário.....	183
2.1.1.	Direito de Genebra.....	183
2.1.2.	Direito de Haia	184

2.1.3.	Direito de Nova Iorque.....	184
2.2.	Direito Internacional dos Refugiados.....	185
2.3.	Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	186
3.	ESTRUTURA DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	186
3.1.	Sistema Global de Proteção.....	186
3.2.	Sistemas Regionais de Proteção.....	188
3.2.1.	Sistema Regional Europeu.....	188
3.2.2.	Sistema Regional Interamericano.....	189
3.2.3.	Sistema Regional Africano.....	191
3.3.	Coexistência entre os Sistemas de Proteção.....	192
3.4.	Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais.....	192
4.	MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	193
4.1.	Mecanismo Unilateral.....	193
4.2.	Mecanismo Coletivo.....	193
4.3.	Mecanismos Convencionais.....	194
4.4.	Mecanismos Não Convencionais.....	194
5.	FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS...	195
5.1.	Órgãos fiscalizatórios.....	195
5.2.	Mecanismos de Fiscalização.....	196
5.2.1.	Relatórios.....	196
5.2.2.	Comunicações interestatais.....	196
5.2.3.	Petições individuais.....	196
5.2.4.	Investigações.....	197
6.	CAPACIDADE INTERNACIONAL DOS INDIVÍDUOS.....	197
6.1.	Capacidade Ativa.....	198
6.2.	Capacidade Passiva.....	198
7.	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	199
7.1.	Controle de Convencionalidade Interno.....	199
7.2.	Controle de Convencionalidade Internacional.....	200
	CAPÍTULO XII ► DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL.....	201
1.	INTRODUÇÃO.....	201
2.	ZONAS POLARES.....	201
2.1.	Polo Norte.....	201

2.2.	Antártica	202
3.	DIREITO DO MAR, DOS RIOS E DA ÁGUAS INTERIORES	202
3.1.	Mar Territorial	203
3.2.	Zona Contígua	203
3.3.	Zona Econômica Exclusiva	204
3.4.	Plataforma Continental.....	205
3.5.	Alto-mar	205
3.6.	Rios Internacionais	206
3.7.	Águas Interiores	206
4.	ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO	207
4.1.	Espaço Aéreo.....	207
4.1.1.	Liberdades do ar.....	208
4.2.	Espaço Aéreo Extra-atmosférico	208
5.	PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE	209
CAPÍTULO XIII ► CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS.....		211
1.	INTRODUÇÃO	211
2.	SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	211
3.	MEIOS DIPLOMÁTICOS	212
3.1.	Negociação Direta.....	212
3.2.	Bons Ofícios.....	213
3.3.	Mediação	213
3.4.	Consultas	213
3.5.	Conciliação.....	213
3.6.	Inquérito	214
4.	MEIOS POLÍTICOS.....	214
5.	MEIO SEMIJUDICIAL	215
5.1.	Arbitragem Internacional.....	215
6.	MEIOS JUDICIAIS.....	216
6.1.	Corte Internacional de Justiça.....	216
6.1.1.	Estrutura e Composição	217
6.1.2.	Competência	217
6.1.3.	Processo e julgamento	219
7.	MEIOS COERCITIVOS.....	220

7.1.	Retorsão	221
7.2.	Represália.....	221
	7.2.1. Embargo.....	221
	7.2.2. Bloqueio Pacífico	222
	7.2.3. Boicotagem	222
7.3.	Rompimento de Relações Diplomáticas.....	222
8.	DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE.....	223
8.1.	Guerra.....	223
	8.1.1. <i>Jus ad bellum</i> e <i>jus in bello</i>	224
	8.1.2. <i>Jus post bellum</i>	225
8.2.	Neutralidade.....	225

PARTE II – DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CAPÍTULO I ► FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	229	
1. INTRODUÇÃO	229	
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	230	
	2.1. Fase pré-doutrinária	230
	2.2. Fase doutrinária	231
	2.3. Fase das codificações.....	232
	2.4. Fase moderna.....	232
3. CONCEITO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	232	
	3.1. Objeto	234
	3.2. Finalidade	235
4. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	235	
	4.1. Fontes internas.....	236
	4.2. Fontes internacionais	237
	4.3. Conflito entre as fontes.....	238
CAPÍTULO II ► CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO	241	
1. INTRODUÇÃO	241	
2. A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	241	
3. ELEMENTOS DE CONEXÃO.....	242	
	3.1. Território.....	244
	3.2. Domicílio	244
	3.3. Nacionalidade.....	245

3.4.	Lugar do contrato.....	245
3.5.	<i>Lex fori</i>	246
3.6.	<i>Lex Rei Sitae</i>	246
3.7.	Vontade das partes.....	246
3.8.	Outros elementos	246
4.	INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	246
4.1.	Qualificação	246
4.2.	Ordem pública	248
4.3.	Reenvio.....	250
5.	DIREITO ADQUIRIDO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	253
CAPÍTULO III ► DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL		255
1.	INTRODUÇÃO	255
2.	APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL.....	255
2.1.	Verificação e prova do direito estrangeiro	256
2.2.	Exceção ao princípio do <i>jura novit curia</i> (juiz conhece o direito).....	256
3.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	258
3.1.	Competência concorrente ou cumulativa	259
3.2.	Competência exclusiva da autoridade judicial brasileira ...	260
3.3.	Litispendência e coisa julgada internacionais.....	261
3.4.	Afastamento da competência – eleição de foro.....	262
4.	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL	263
4.1.	Noções Gerais	263
4.2.	Auxílio direito	264
4.3.	Cartas Rogatórias	265
4.4.	Homologação de sentença estrangeira	267
5.	REGIME DE PROVA DE DIREITO E FATOS INTERNACIONAIS	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		271